

A trajetória do desenvolvimento arquivístico da Universidade Federal do Rio de Janeiro

The trajectory of archival development of the Federal University of Rio de Janeiro

MARCELO VASCONCELOS D'ALMEIDA

Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Arquivista da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
marceloalmeida@siarq.ufrj.br

ANA CELESTE INDOLFO

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ), Professora associada da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Especialista de Nível Superior do Arquivo Nacional (AN)
indolfo@gmail.com

RESUMO: Este artigo retrata a trajetória do desenvolvimento da estrutura arquivística da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), desde a sua primeira unidade de referência para gestão de arquivos, o Serviço de Comunicações, até a criação do Sistema de arquivos, no ano de 2016. Acompanha o processo que deu origem às primeiras universidades públicas do país, destacando a importância da UFRJ neste contexto. Realiza entrevistas com antigos servidores e visitas às unidades de arquivo e protocolo da Universidade, aplicando questionários para a verificação da situação arquivística. Identifica uma série de desafios, principalmente no campo da gestão de documentos, que deverão ser superados para o pleno funcionamento do Sistema de arquivos da UFRJ.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade Federal. Sistemas de arquivo. Gestão de documentos.

ABSTRACT: This article portrays the trajectory of the development of the archival structure of the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), since its first reference unit for archives management, the Communications Service, until the creation of the system of archives, in 2016. It follows the process that led to the first public universities in the country, highlighting the importance of UFRJ in this context. Conducts interviews with former servers and visits to the University's archive and protocol units, applying questionnaires to check the archival situation. It identifies a number of challenges, especially in the field of records management, that must be overcome for the full functioning of the UFRJ system of archives.

KEYWORDS: Federal University. Systems of archives. Records management.

Introdução

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), uma autarquia da administração pública federal indireta, criada no ano de 1920, sob o nome de Universidade do Rio de Janeiro (URJ), foi a primeira instituição de ensino superior do país a ser reconhecida oficialmente pelo Governo Federal.

Cabe à UFRJ proporcionar à sociedade brasileira os meios para ampliar, cultivar, aplicar e difundir o patrimônio universal do saber humano, capacitando todos os seus integrantes a atuar como força transformadora. Ao fornecer tais meios para a formação profissional, intelectual e cultural dos cidadãos, a UFRJ atua como qualquer instituição que produz, recebe e acumula documentos de arquivo, que devem estar devidamente organizados e sempre disponíveis a quem deles necessite.

Bellotto (2006, p. 25) considera que “as atividades clássicas da administração [...] não se efetuam sem documentos. Quanto mais informados os administradores/dirigentes estiverem sobre um assunto, melhor e mais completamente poderão decidir sobre ele”. Mas se o contato entre administradores/dirigentes e a informação desejada sofrer atrasos, o tempo para tomada de decisão ficará comprometido e, conseqüentemente, aumentarão os riscos de insucesso na condução administrativa das instituições.

A celeridade no acesso à informação pode ser viabilizada por meio de um conjunto de medidas que visa garantir o devido controle da produção, do uso, da conservação e da destinação final dos documentos de arquivo. A este conjunto de procedimentos se atribui a denominação de gestão documental.

Há pouco mais de uma década, a UFRJ deu início a um processo que visa padronizar os procedimentos de gestão documental em suas rotinas, tanto administrativas como acadêmicas.

O histórico do desenvolvimento arquivístico da Universidade se inicia no ano de 1946, com a criação do Serviço de Comunicações (SECOM). Ins-tituído a partir do primeiro regimento da UFRJ, cabia ao SECOM a gestão das atividades de arquivo e protocolo da Instituição.

A falta de mão-obra especializada, como arquivistas e técnicos em arquivo, foi determinante para que os anos de atuação do SECOM fossem marcados por ações equivocadas no campo da gestão de documentos. No ano de 1988, o Serviço de Comunicações teve sua denominação alterada para Di- visão de Comunicações (DICOM), fato que não representou nenhuma mu- dança no panorama das ações arquivísticas.

Em 2005, foi criada a Divisão de Gestão Documental e da Informação (DGDI). Seu surgimento representou uma mudança de paradigma no âmbito das atividades de gestão de documentos empregadas na Universidade, fazendo com que seus serviços fossem requisitados por um grande número de unidades, tanto acadêmicas como administrativas, que enfrentavam problemas com a gestão de seus documentos de arquivo. No entanto, a DGDI era uma Divisão que fazia parte da estrutura da Superintendência Geral de Administração e Finanças da UFRJ e, não, um organismo independente que pudesse propor uma política de arquivos para a Universidade, atribuição básica de um sistema de arquivos.

Após anos de muitos esforços, em março de 2016, a criação do Sistema de Arquivos da UFRJ (SIARQ/UFRJ) foi concretizada. Uma das suas principais finalidades é promover e normatizar a gestão do patrimônio documental arquivístico, de características administrativas e acadêmicas, por meio da prestação de apoio técnico, em matéria arquivística, aos Arquivos, Centros de Memória e Centros de Pesquisa da UFRJ.

O objetivo principal desta pesquisa concentrou-se em retratar a trajetória do desenvolvimento arquivístico da UFRJ, considerando sua primeira unidade arquivística de referência, o SECOM, até a criação de seu Sistema de Arquivos, no ano de 2016. Como desdobramento do objetivo principal, buscou-se identificar os principais obstáculos a serem superados pelo Sistema, para que o mesmo atue em sua plenitude.

Como justificativa, acredita-se que a realização da pesquisa poderá servir de fonte de informações para a implementação de ações que visem aprimorar as práticas arquivísticas em vigor e, também, ajustar, difundir e compartilhar os procedimentos de gestão de documentos por todas as unidades que integram o SIARQ/UFRJ.

Para a confecção do trabalho, foi empreendida uma pesquisa de natureza aplicada, que teve como propósito “gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos” (SILVEIRA; CORDOVA, 2009, p. 35).

A abordagem metodológica considerou, basicamente, a realização de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e coleta de dados.

A pesquisa bibliográfica voltou-se para temas referentes à gestão de documentos, ao processo de criação das primeiras universidades públicas e à história da UFRJ.

A pesquisa documental teve o intuito de buscar instrumentos (estatutos, normativas, regimentos, portarias), que viessem identificar a re-

alização de atividades de gestão de documentos no âmbito dos serviços de protocolo e arquivo da Universidade.

A coleta de dados se deu por meio da realização de visitas nas unidades identificadas como de interesse para pesquisa, sendo os questionários de verificação da situação arquivística os instrumentos utilizados para este fim.

Concluída a aplicação dos questionários, foi possível conhecer o estado das ações de gestão de documentos adotadas na UFRJ e, conseqüentemente, os principais desafios a serem enfrentados pelo SIARQ/UFRJ.

A relação entre a institucionalização do ensino superior no Brasil e a UFRJ

A consolidação da educação superior no Brasil é considerada algo recente. Desde o seu descobrimento, no ano de 1500, até o exílio da Família Real Portuguesa no país, em 1808, negou-se à Colônia o estabelecimento de instituições voltadas para o ensino superior. Somente os integrantes da elite colonial, por meio de seus muitos recursos, podiam adquirir formação universitária em Portugal (na Universidade de Coimbra) ou em outros centros europeus.

Moacyr (1937, p. 580-581 apud FÁVERO, 2006, p. 20) reforçou esta realidade ao dizer que

A história da criação de universidade no Brasil revela, inicialmente, considerável resistência, seja de Portugal, como reflexo de sua política de colonização, seja da parte de brasileiros, que não viam justificativa para a criação de uma instituição desse gênero na Colônia, considerando mais adequado que as elites da época procurassem a Europa para realizar seus estudos superiores.

Ao investigar a existência de universidades, tanto no Brasil, como no restante da América latina, no período das colonizações portuguesa e espanhola, respectivamente, Anísio Teixeira (1969, p. 244 apud CUNHA, 1980, p. 11), afirmou que

Nas colônias espanholas da América, a universidade não foi uma instituição estranha. Na quarta década do século XVI foi fundada a primeira universidade no continente americano. Ela surgiu em 1538, em São Do-

mingos, significativamente, na ilha onde Colombo teria tido o primeiro contato com o Novo Mundo. Sua vida, entretanto, foi efêmera. Alguns anos mais tarde, em 1553, foi inaugurada no México a segunda universidade americana, esta longeva. Tinha as três faculdades usuais das universidades espanholas (filosofia, cânones/direito, teologia), incluindo, mais tarde, a de medicina, operando com os mesmos privilégios da famosa Universidade de Salamanca. Vieram, depois, as universidades de São Marcos (Peru), de São Felipe (Chile), Córdoba (Argentina) e outras, de modo que ao tempo da nossa independência, havia 26 ou 27 universidades na América espanhola. No Brasil, nenhuma.

Em relação ao que Teixeira considerou, é importante ressaltar, que ambos os modelos de colonização tinham como pressuposto básico a exploração da Colônia pela Metrópole. Entretanto, pode-se afirmar que a colonização espanhola diferenciou-se da portuguesa, positivamente, quando promoveu o surgimento de universidades em parte de suas colônias.

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em virtude da ameaça de invasão das tropas de Napoleão Bonaparte a Portugal, elevou a Colônia à categoria de capital do império português.

Cunha aponta que com a instauração do império em terras brasileiras, houve a necessidade de se formarem profissionais capacitados que viabilizassem o seu funcionamento.

A transferência da sede do poder metropolitano para o Brasil, em 1808, e a emergência do Estado Nacional, pouco depois, geraram a necessidade de modificar o ensino superior herdado da Colônia, ou melhor, de se fundar todo um grau de ensino completamente distinto do anterior [...] A partir de 1808, foram criados cursos e academias destinados a formar burocratas para o Estado e especialistas na produção de bens simbólicos: como subproduto, formar profissionais liberais (CUNHA, 1980, p. 67).

Para Sampaio (1991, p. 3-4), a chegada da Família Real Portuguesa deu início ao desenvolvimento do ensino superior no Brasil, que se fez de forma bastante lenta, e estava diretamente atrelado à formação de profissionais liberais que atuassem nas áreas de Medicina, Engenharia e Direito.

Fávero (2006, p. 20) detalha como foram criados os primeiros cursos superiores de Medicina, Engenharia e Direito no período do Brasil Império.

Nesse contexto, no ano da transmigração da Família Real para o Brasil é criado, por Decreto de 18 de fevereiro de 1808, o Curso Médico de Cirurgia na Bahia e, em 5 de novembro do mesmo ano, é instituída, no Hospital Militar do Rio de Janeiro, uma Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica [...] Em 1810, por meio da Carta Régia de 4 de dezembro, é instituída a Academia Real Militar, inaugurada em abril do ano seguinte. Foi nessa Academia que se implantou o núcleo inicial da atual Escola de Engenharia da UFRJ. Algumas modificações mais significativas parecem ocorrer com a criação dos cursos jurídicos, em 1827, instalados no ano seguinte: um em 1º de março de 1828, no Convento de São Francisco, em São Paulo, e outro no Mosteiro de São Bento, em Olinda, em 15 de maio daquele ano.

Além dos cursos de Medicina, Engenharia e Direito, Mendonça (2000, p. 134) cita a criação de outras cadeiras que tinham como objetivo viabilizar uma grande infraestrutura que promovesse a sobrevivência da Corte na Colônia. Na Bahia, foram criados a cadeira de economia (1808), e os cursos de agricultura (1812), de química (1817) e de desenho técnico (1817). No Rio de Janeiro, o laboratório de química (1812) e o curso de agricultura (1814).

Deve se destacar que, neste momento, ainda, não tinham sido criadas as universidades, e sim, escolas superiores, ou faculdades, que atuavam de forma isolada.

Para Sampaio (1991, p. 7), o final do século XIX promoveu uma série de transformações que também tiveram reflexo no ensino do país.

Com a abolição da escravidão (1888), a queda do Império e a proclamação da República (1889), o Brasil entra em um período de grandes mudanças sociais, que a educação acabou por acompanhar. A Constituição da República descentraliza o ensino superior, que era privativo do poder central, aos governos estaduais, e permite a criação de instituições privadas, o que teve como efeito imediato a ampliação e a diversificação do sistema. Entre 1889 e 1918, 56 novas escolas de ensino superior, na sua maioria privadas, são criadas no país.

Por meio do Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, que estabeleceu a Reforma Carlos Maximiliano, o governo federal deu os primeiros indícios, de que criaria a primeira universidade do Brasil. Segundo o que consta no artigo 6º: “O Governo Federal, **quando achar oportuno**, reunirá em universidade as escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das faculdades livres de Direito, dispensando-a de taxa

de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar” (BRASIL, 1915, grifo nosso).

Passados cinco anos da publicação de tal instrumento legal, foi criada, por intermédio do Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920, no governo do Presidente Epitácio Pessoa, a primeira universidade reconhecida pelo governo federal, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ).

Para Fávero (2006, p. 22), embora a criação da Universidade do Rio de Janeiro tenha sido marcada pela mera aglutinação de faculdades já existentes, deve-se ressaltar que, na história da educação superior brasileira, a URJ foi a primeira universidade reconhecida de forma legal pelo Governo Federal. A autora acrescenta que sua criação

[...] teve o mérito de reavivar e intensificar o debate em torno do problema universitário no país. Esse debate, nos anos 20 do século passado, adquire expressão graças, sobretudo, à atuação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Entre as questões recorrentes destacam-se: concepção de universidade; funções que deverão caber às universidades brasileiras; autonomia universitária e modelo de universidade a ser adotado no Brasil.

A revolução de 1930 dá início à Era Vargas, um período que perdurou por 15 anos e que provocou uma série de transformações na vida econômica e social do país, principalmente em relação ao crescimento da industrialização e ao comprometimento das liberdades individuais.

Uma das primeiras medidas do Governo Provisório de Vargas foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, por intermédio do Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930. De acordo com Cunha (1980, p. 283-284), a criação do Ministério da Educação promoveu

a especialização de um setor do aparelho de Estado no campo educacional [...] que não implicou, inicialmente, a centralização do aparelho de Estado relativo a esse campo. Os estados e o Distrito Federal continuavam a ter seus meios próprios de controlar a educação primária, secundária, normal e profissional, geralmente sem criar as correspondentes secretarias de educação (e saúde). Mas o fato de a burocracia educacional estar unificada, no plano federal, propiciou a esta instância do Estado instrumentos de centralização, tão logo houve condições políticas e institucionais para isso, após 1935 e, com mais força, durante o Estado Novo.

Em 11 de abril de 1931, dando prosseguimento às reformas do ensino no país, foi promulgado o Decreto nº 19.851, instituindo o Estatuto das Universidades Brasileiras, que tinha como premissa principal, definir um modelo de organização para o ensino superior no Brasil. Este autor (IBIDEM, p. 294) aponta que tal estatuto fez-se necessário, tendo em vista que

Em 1920, ao se criar a Universidade do Rio de Janeiro, não foram impostos padrões organizacionais a outras universidades que viessem a ser fundadas, embora surgissem limitações deste tipo. Depois de 11 anos, já criada, também, a Universidade de Minas Gerais, surgiu o Estatuto das Universidades Brasileiras, modelo único de organização didático-administrativo do ensino superior, embora admitisse certas variações regionais, sempre a juízo do Ministério da Educação.

A consequência imediata das disposições contidas no Estatuto das Universidades Brasileiras foi uma ampla reformulação da Universidade do Rio de Janeiro. Segundo Cunha (1980, p. 301), no mesmo dia em que tal Estatuto entrou em vigor, 11 de abril de 1931, foi promulgado o Decreto nº 19.852, que estabelecia

que a Universidade do Rio de Janeiro, antes constituída apenas pelas Faculdades de Direito e de Medicina e da Escola Politécnica, incorporava os seguintes institutos isolados mantidos pelo governo federal: Escola de Minas (de Ouro Preto), Faculdade de Farmácia, Faculdade de Odontologia, Escola Nacional de Belas Artes e Instituto Nacional de Música. Deveria incorporar, também, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, a Escola de Higiene e Saúde Pública e a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, quando fossem criadas de fato.

Um dos principais legados da Primeira República foi a autonomia concedida aos estados para a criação de estabelecimentos de ensino superior. Durante a Era Vargas, no período anterior à instauração do Estado Novo, surgiram dois projetos de universidade inspirados nos princípios liberais do individualismo, da liberdade, da propriedade, da igualdade e da democracia: a Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e a Universidade do Distrito Federal (UDF), criada no ano de 1935.

Para Mendonça (2000, p. 139), a criação da USP e da UDF representou uma alternativa ao modelo de universidade instituído nos anos 1920, pois

ambas tinham como preocupação central o desenvolvimento da pesquisa e dos altos estudos.

Uma nova reforma imposta à URJ, no ano de 1937, fez com que esta passasse a ser denominada Universidade do Brasil (UB). Segundo Cunha (1980, p. 307),

Já não era então, a pequena e simples instituição composta de três escolas superiores (engenharia, direito e medicina), encimadas por uma administração central. Em 1937, atingia grande dimensão, com 15 escolas superiores, e 14 institutos. Suas escolas passaram a ter maior prestígio, todas elas qualificadas de nacionais.

O surgimento da UB não se deveu a uma mera troca de nomes. Seu significado reside no estabelecimento da noção de uma universidade de caráter nacional, única, e que deveria ser frequentada não apenas por indivíduos da capital da República, mas, também, por brasileiros de todas as partes, após a aprovação em rigorosos exames de seleção.

Dentre as finalidades da UB¹, estavam:

- a) o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística;
- b) a formação de quadros de onde se recrutem elementos destinados ao magistério, bem como às altas funções da vida pública do país; e c) o preparo de profissionais para o exercício de atividades que demandem estudos superiores.

Uma das principais novidades trazidas pela criação da UB foi o emprego do termo “nacional” associado aos nomes de suas faculdades e escolas.

Fávero (2010, p. 59–62) observa que o modelo de educação proposto pelo Governo Vargas (1930–1945), “revela uma percepção da escola como instrumento capaz de assegurar a ideologia dos grupos dominantes e de preparar, ao menos intencionalmente, os que vão ocupar papéis ou funções na divisão social e técnica do trabalho”. A autora reforça esse posicionamento ao ressaltar que, dentre as finalidades da UB, o “desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística”, até o fim do Estado Novo, figurou como algo de menor expressão.

Terminada a Era Vargas, em outubro de 1945, iniciou-se o Governo Provisório do presidente José Linhares, onde o país passou a viver um período de restauração democrática. Nesse sentido, é concedida à UB autonomia

administrativa, financeira, didática e disciplinar, por meio do Decreto-Lei nº 8.393, de 17 de dezembro de 1945.

A chegada da década de 1960 fez com que a Universidade passasse por um novo processo de mudança de nome. Por meio de iniciativa do governo do então presidente Humberto Castelo Branco, ficou instituído que a denominação de todas as universidades e escolas técnicas, que pertencessem à esfera federal, fosse uniformizada.

A decisão atingia diretamente à UB, que perderia seu *status* de instituição única, e passaria a chamar-se, inicialmente, Universidade Federal da Guanabara, visto que a cidade do Rio de Janeiro não mais detinha o título de capital da República. Tal fato provocou a insatisfação de toda a sua comunidade universitária, que empreendeu diversos esforços para que se mantivesse a antiga denominação, mas em virtude do período de ditadura militar, todos foram em vão.

A regulamentação da nova denominação deu-se por meio da Lei nº 4.831, de 5 de novembro de 1965, que determinava em seu artigo 1º que

as universidades federais, situadas nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói, subordinadas ao Ministério da Educação e Cultura, passam a denominar-se, respectivamente, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense (BRASIL, 1965).

Ao longo de quase um século, desde a criação da URJ, a estrutura da UFRJ ganhou “robustez” e ampliou o número de suas escolas, faculdades, institutos e órgãos complementares, que hoje chegam a sessenta e dois.

Por meio de pesquisa na página *web* da Pró-Reitoria de Graduação², contatou-se que a UFRJ oferece 139 cursos/habilitações de graduação, e detinha, até o mês de novembro de 2016, um total de 52.848 alunos matriculados.

Em relação ao quantitativo de programas de pós-graduação, nas modalidades aperfeiçoamento, especialização, residência médica, mestrado, mestrado profissional e doutorado, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa³ informa que a UFRJ disponibiliza 474 cursos de pós-graduação, sendo 122 *stricto sensu* e 352 *lato sensu*. Quanto ao número de alunos matriculados, o estudo “UFRJ em Números”⁴ informa que a instituição reunia, no ano de 2013, 11.542 alunos matriculados em cursos de pós-graduação.

Segundo o *ranking* das melhores universidades federais do país⁵, referente ao ano de 2015, a UFRJ ocupa a quarta posição em um total de 37 universidades federais analisadas.

Do SECOM ao SIARQ: a trajetória do desenvolvimento da estrutura arquivística da UFRJ

Ao definir os procedimentos metodológicos que seriam utilizados na pesquisa, estabeleceu-se que, em uma de suas etapas, deveria ser realizada pesquisa documental que teria como objetivo identificar atos normativos que oficializassem os procedimentos de gestão de documentos no âmbito da UFRJ.

A pesquisa concentrou-se, inicialmente, na análise de estatutos, regimentos e portarias. O registro mais antigo, data do ano de 1946, e faz parte do texto do primeiro Estatuto⁶ da Universidade, quando ainda possuía a denominação de Universidade do Brasil. De acordo com a seção que trata da organização administrativa, a Reitoria, órgão central da administração da UB, seria formada pelo Departamento de Educação e Ensino, pelo Departamento de Administração Central e pela Biblioteca Central. Dentre as divisões e serviços que faziam parte do Departamento de Administração Central, havia o Serviço de Comunicações (SECOM), que era constituído pelo Arquivo e pela Seção de Protocolo e Expedição⁷. Embora houvesse a menção de que sua organização e atribuições seriam fixadas pelo Regimento da Reitoria⁸, aprovado no ano de 1970, nada foi constatado; identificando-se, apenas, que o SECOM passaria a integrar a Superintendência Geral de Pessoal e Serviços Gerais.

Em virtude da falta de informações a respeito do SECOM nos atos constitutivos da Universidade, empreenderam-se, como alternativa, duas modalidades de busca: a pesquisa em processos e a realização de entrevistas com servidores.

Por meio do Sistema de Acompanhamento de Processos (SAP)⁹, sistema institucional criado para acompanhar o andamento de processos, tanto administrativos como acadêmicos, realizou-se uma pesquisa que teve os seguintes parâmetros: definiu-se o interessado como “SECOM”, a data inicial foi o ano de “1946” (ano de seu primeiro registro), e a data final permaneceu em aberto. Obteve-se como resultado, um total de 87 processos autuados entre os anos de 1978 e 1992, e que possuíam como assunto principal o termo “aquisição”. Diante desses dados, a busca por informações em processos foi descartada.

Para a realização das entrevistas, inicialmente, foi feita uma pesquisa que teve como objetivo localizar servidores que, em algum momento de suas vidas funcionais, tivessem trabalhado no SECOM. Apurou-se que havia uma servidora que iniciou suas atividades na instituição no ano de 1975, jus-

tamente no SECOM, trabalhando no Arquivo Central da UFRJ. De posse desses dados, foi solicitado à atual Coordenadora do Arquivo Central, permissão para a realização da entrevista, situação que foi prontamente viabilizada, e a mesma se deu de forma semiestruturada, constando de perguntas abertas e diretas. Deve-se ressaltar que a entrevista não foi gravada, a fim de evitar a exposição da servidora.

De acordo com o depoimento da servidora, que ocupa o cargo de assistente em administração, o SECOM iniciou suas atividades no Campus Praia Vermelha, sendo posteriormente transferido para o Campus Cidade Universitária, mas alegou que isto ocorreu antes de sua contratação, por isso, não sabia precisar a data de sua transferência. Relatou que a infraestrutura do SECOM era muito precária, pois não dispunha de boa iluminação e não havia depósitos exclusivos para o armazenamento dos documentos. Afirmou que não havia arquivistas no quadro de servidores do SECOM. Os responsáveis pelas atividades do setor eram assistentes em administração e técnicos em microfilmagem, e que em virtude disso, muitos dos procedimentos “arquivísticos” foram executados sem orientação especializada. Deu como exemplo, a prática da microfilmagem alheia a qualquer tipo de avaliação, que tinha como único objetivo o ganho de espaço para a realização de novos arquivamentos nos depósitos. Em relação a sua estrutura organizacional, disse que, inicialmente, o SECOM abrigava as Seções de Expedição, Arquivo e Publicações, sendo que, no ano de 1987, a Seção de Microfilmagem, que já existia desde 1979, no Campus Praia Vermelha, foi transferida para o Campus Cidade Universitária, e passou a integrar a sua estrutura. Destacou que o SECOM funcionava como protocolo geral da instituição, cabendo-lhe as atribuições de autuação e arquivamento de todos os processos da UFRJ. Disse, ainda, que no ano de 1988, o SECOM teve sua denominação alterada para Divisão de Comunicações (DICOM), mas que não gerou grandes transformações, configurando-se apenas como uma mera troca de nomes¹⁰.

A servidora apontou que ocorreram mudanças significativas, somente, com a passagem do nome DICOM para Divisão de Gestão Documental e da Informação (DGDI), no ano de 2005. Segundo a entrevistada, a descentralização dos protocolos e a informatização das rotinas se configuraram como a maior contribuição da DGDI para a melhoria dos serviços de arquivo e protocolo da UFRJ.

Concluída a entrevista com a servidora, ficou clara a necessidade de se compreender a trajetória da DGDI. Neste sentido, foram realizados os procedimentos iniciais de pesquisa em estatutos, regimentos e porta-

rias, com o intuito de se obterem informações oficiais sobre sua criação; no entanto, não foi identificada qualquer informação que fizesse menção a tal acontecimento.

Promoveu-se, então, a busca por processos no SAP, utilizando-se os seguintes parâmetros: definiu-se o interessado como “DGDI”, a data inicial foi 01/01/2005 (em virtude de informação fornecida pela servidora entrevistada, que disse que a DGDI surgiu no ano de 2005), e a data final em aberto. Como resultado, foram apresentados 226 processos, sendo que em nenhum deles foi identificada qualquer relação com a criação da DGDI.

Em virtude da escassez de informações, recorreu-se, novamente, à prática da entrevista. Após a identificação do servidor que ocupava a função de diretor da DGDI, na época de sua criação, fez-se o convite para que fosse concedida uma entrevista, algo que foi imediatamente aceito. Para a realização da mesma, optou-se pela modalidade semiestruturada, com perguntas abertas e diretas, e sem o emprego de gravação, a fim de evitar a exposição do servidor.

A primeira indagação fez referência ao período em que o servidor ocupou a função de diretor da DGDI e o mesmo respondeu que permaneceu por dez anos, entre 2005 e 2015. Disse que ao propor a criação da DGDI, sua intenção foi a de promover uma revitalização das práticas até então desenvolvidas pela DICOM e considerou que uma mudança, na denominação da Divisão, poderia contribuir para o êxito desta nova empreitada. Foi-lhe indagado o motivo que fez com que a criação da DGDI não figurasse nos atos constitutivos da UFRJ e, como resposta, afirmou que em virtude da demora dos ritos universitários, preferiu encaminhar um Comunicado ao seu superior hierárquico, o Superintendente Geral de Administração e Finanças, que prontamente atendeu seu pedido.

Esse servidor, ao consultar arquivos, recuperou o Comunicado, datado de 1 de agosto de 2005, do qual reproduz-se o trecho que contém a missão da DGDI: “Sua Missão é gerir de forma eficiente a documentação e a informação da UFRJ, criar acessibilidade, celeridade nas respostas, segurança e baixo custo no armazenamento e captura dessas informações, agregando valor à tomada de decisões estratégicas da instituição e contribuir para a desburocratização”. Disse, ainda, que a contratação de mão-de-obra especializada (arquivistas e técnicos em arquivo) foi fundamental para a remodelagem das atividades e impôs um caráter técnico ao perfil da DGDI.

O entrevistado enumerou uma série de feitos, como a aprovação da primeira Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da UFRJ, a

aproximação com o Arquivo Nacional em busca de orientação especializada, a descentralização dos protocolos, a racionalização dos serviços de microfilmagem e a obrigatoriedade do emprego das atividades de classificação e avaliação, que promoveram eliminações responsáveis e o arquivamento do que é realmente necessário.

Afirmou que, em virtude do aumento da complexidade das atividades desenvolvidas pela DGDI, fez-se necessária uma reconfiguração de sua estrutura, concretizada em março de 2013, que deu origem à Divisão de Arquivos (DIARQ). De acordo com o servidor, a criação da DIARQ não consta em nenhum ato constitutivo da Universidade e justificou tal fato usando o mesmo argumento que deu origem à DGDI, no ano de 2005: a demora dos ritos universitários.

Como resultado desta reconfiguração, disse que a DGDI manteve em sua estrutura a Seção de Publicações, a Seção de Expedição (que passou a denominar-se Protocolo Central) e foi criada a Seção de Gestão Eletrônica de Documentos. Com relação à DIARQ, foram absorvidas da DGDI a Seção de Microfilmagem (renomeada como Seção de Processamento de Imagem), a Seção de Arquivos (agora subdividida em Seção de Arquivo Corrente e Intermediário e Seção de Arquivo Permanente) e foi criado o Setor de Projetos, que tem a missão de auxiliar as demais unidades da UFRJ, tanto acadêmicas como administrativas, na resolução de seus problemas no campo da gestão de documentos.

Por fim, o servidor ressaltou a importância da criação de um sistema de arquivos para a Universidade, algo que já vinha buscando desde o ano de 2009, pois considerava que, embora as iniciativas da DGDI/DIARQ fossem de extrema relevância para o aprimoramento arquivístico da UFRJ, não eram oriundas de um órgão regulamentado como de deliberação arquivística, a quem toda a Universidade devesse se submeter.

O Sistema de arquivos da UFRJ

Para entender a concepção do SIARQ/UFRJ fez-se necessária a realização de uma breve entrevista, com perguntas abertas e diretas, na modalidade semiestruturada e sem o uso de gravação, com sua atual coordenadora.

A entrevistada, que ocupa o cargo de arquivista, informou que atua na UFRJ desde 2005, período em que se iniciou o processo de racionalização das práticas de gestão de documentos adotadas na Universidade.

Apontou que a criação da DGDI foi determinante para o surgimento de uma cultura de gestão de documentos na Instituição, pois promoveu a reconfiguração de antigas e equivocadas metodologias de trabalho por meio da adoção de procedimentos estabelecidos pela teoria arquivística.

Segundo a servidora, as ações implementadas pela DGDI adquiriram grande notoriedade, fazendo com que os seus serviços fossem requisitados por um grande número de unidades da Instituição. No entanto, esta Divisão era uma unidade da Superintendência Geral de Administração e Finanças e, não, uma unidade de referência para as questões arquivísticas da UFRJ. Em virtude destas demandas, tornou-se urgente a criação de um sistema de arquivos.

A entrevistada informou que as primeiras ações para a criação do Sistema de Arquivos da UFRJ tiveram início no ano de 2009, quando foram realizados encontros entre os profissionais que atuavam nos setores de arquivo para a construção das diretrizes iniciais do Sistema e campanhas de convencimento, junto às instâncias deliberativas da Universidade, sobre a importância de sua implantação.

Disse, ainda, que após a realização de diversas pesquisas sobre sistemas de arquivos implantados em universidades, o modelo concebido pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) foi considerado o mais consistente e funcional. A realização de visitas àquela universidade foi determinante para dar início ao processo de desenvolvimento do SIARQ/UFRJ, pois permitiu a coleta de grande quantidade de informações e, também, pôde-se observar, *in loco*, como os procedimentos arquivísticos eram postos em prática.

De acordo com a servidora, após sete anos de muitos esforços, foi publicada a Portaria nº 2.726, de 29 de março de 2016, que veio instituir o Sistema de Arquivos da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Segundo este ato normativo, o SIARQ-UFRJ está diretamente subordinado ao Gabinete do Reitor, sendo estruturado pelo Arquivo Central (que é o seu órgão de coordenação), pelas unidades arquivísticas e o Fórum do SIARQ.

Principais desafios do SIARQ/UFRJ

Uma das principais contribuições da implantação de um sistema é a integração das partes que o constituem, pois possibilita a identificação de

pontos fortes e fracos, promovendo ações específicas, que visem dar equilíbrio ao seu funcionamento. Bernardes (2015, p. 172) diz que “a gestão sistêmica é um esforço necessário para promover a integração de estruturas administrativas dispersas, de modo a estabelecer entre elas um vínculo de natureza técnica”.

A autora (*Ibid*, p. 172) acrescenta que a criação de sistemas de arquivos “viabiliza a padronização de procedimentos e a aplicação de normas técnicas em contextos organizacionais mais abrangentes e complexos”. Mas para que se possa efetivar com êxito a implantação de um sistema de arquivos na UFRJ, a realidade da situação arquivística precisa ser conhecida e analisada. É fundamental que esteja devidamente identificada para que os propósitos do Sistema sejam alcançados.

Configuram-se como medidas essenciais desta pesquisa, a realização de uma análise das práticas de gestão de documentos que têm sido adotadas na UFRJ ao longo dos anos e, diante do seu resultado, propor ações que impulsionem o funcionamento do Sistema de Arquivos na Instituição. Isto se justifica, pois, dentre os objetivos do SIARQ-UFRJ, figuram a promoção e a normatização da gestão do patrimônio documental arquivístico, de características acadêmicas e administrativas, de suas unidades arquivísticas; e para que isto venha a ocorrer, deverá se desenvolver nestas unidades, atividades e serviços de apoio técnico.

De acordo com os procedimentos metodológicos estabelecidos para a investigação, definiu-se que seria necessário consultar no Boletim Interno, como também nas páginas *web* da Instituição, quais são as unidades acadêmicas e administrativas da UFRJ que, realmente, possuem serviços de protocolo e de arquivo. Como resultado destas consultas, foram identificadas 44 unidades, tanto acadêmicas como administrativas, que detinham esses serviços.

É importante frisar que todas as 44 unidades arquivísticas, identificadas como de interesse para a pesquisa, obrigatoriamente possuem serviço de protocolo. Dentro deste universo de 44 unidades arquivísticas, buscou-se identificar quantas desenvolviam atividades que tinham relação direta com os arquivos, que para efeitos desta investigação, podem ser entendidas como unidades que promovem a guarda, o processamento técnico, a conservação e o acesso aos documentos; não sendo obrigatória a realização integral de todos estes procedimentos.

Como resultado, foram identificadas 26 unidades que possuíam características de um serviço de arquivo. Sendo assim, num total de 44 unida-

des arquivísticas investigadas, foram aplicados 44 questionários com perguntas relativas às atividades de protocolo; além de outros 26, relativos às atividades de arquivo.

Os questionários foram estruturados em sete eixos temáticos:

- Reconhecimento institucional e conhecimento da legislação;
- fases da gestão de documentos (produção, uso, conservação e destinação dos documentos);
- características e composição dos acervos;
- medidas de conservação e preservação;
- tecnologia;
- recursos humanos; e
- opinião.

Concluída a aplicação dos questionários foi possível identificar uma série de desafios a serem superados pelo SIARQ/UFRJ, dentre os quais, destacam-se:

- Ausência de reconhecimento das competências das unidades arquivísticas em atos normativos: 93% dos setores de protocolo e 85% dos setores de arquivo;
- falta de conhecimento sobre a existência de instrumentos de gestão de documentos em 86% dos protocolos e 26% dos arquivos;
- inexistência da classificação de processos em 96% dos protocolos;
- eliminação de documentos em apenas 27% dos setores de arquivo;
- falta de espaços capazes de garantir o correto armazenamento de documentos, tanto em fase intermediária como permanente, na maioria das unidades pesquisadas;
- elaboração de manuais de procedimentos sobre gestão de documentos em somente 35% dos setores de arquivo;
- ausência de mecanismos de prevenção de incêndio em todos os setores pesquisados;
- em 75% dos setores de protocolo não há controle informatizado dos documentos avulsos, persistindo o uso de livros de protocolo e guias;
- utilização do Sistema Acompanhamento de Processos em somente 43% dos setores de arquivo;
- oferecimento de oportunidades para aquisição de conhecimentos no campo da gestão de documentos para apenas 34% dos entrevistados;

- identificação de arquivistas e técnicos em arquivo exercendo funções que não possuem qualquer relação com as quais foram originalmente contratados;
- falhas no processo de comunicação entre a Coordenação do SIARQ e as demais unidades que o integram. A maioria dos entrevistados disse desconhecer a iniciativa de implantação de um sistema de arquivos na Universidade.

Conclusão

A trajetória do desenvolvimento da estrutura arquivística da UFRJ atinge seu ápice com o surgimento do seu Sistema de arquivos. Desde os anos 1940, com a criação do SECOM, até os dias atuais, pode-se constatar que a história arquivística da UFRJ encontra-se num processo de evolução. A padronização de procedimentos, a contratação de arquivistas e técnicos em arquivo, o cumprimento ao que determina a legislação arquivística brasileira e a perspectiva de se imprimir ações, a partir das determinações de um órgão central, representam, inegavelmente, um grande avanço para a consolidação de boas práticas arquivísticas na Instituição.

A integração das partes é uma das principais contribuições da gestão sistêmica, pois permite que, no âmbito de uma organização, inconsistências e qualidades sejam detectadas e que se implantem intervenções específicas, com o objetivo de tornar o seu funcionamento mais eficiente.

A implantação de um sistema de arquivos é uma oportunidade única para normatizar as práticas arquivísticas no âmbito de toda uma instituição. No entanto, de acordo com o que foi verificado nesta pesquisa, são necessárias ações de base, que considerem a implantação de uma nova mentalidade sobre a importância que os serviços de protocolo e arquivo têm para a Instituição. Somente desta forma, o SIARQ-UFRJ será pleno e poderá concretizar uma de suas principais finalidades, que é a elaboração de uma política arquivística para a Universidade, que realmente venha promover a gestão, a preservação e o acesso de seu patrimônio documental arquivístico.

Notas

- 1 De acordo com o artigo 2º da Lei nº 452, de 05 de julho de 1937.
- 2 Disponível em: <https://ufrj.br/cursos-graduacao>. Acesso em: 6 out. 2017.
- 3 Disponível em: <http://app.pr2.ufrj.br/pr2>. Acesso em: 6 out. 2017.
- 4 Disponível em: <https://ufrj.br/docs/lai/ufrj-em-numeros-2013.pdf>. Acesso em: 7 out. 2017.
- 5 Elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e disponível em: <http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos-igc>. Acesso em: 7 out. 2017.
- 6 Aprovado pelo Decreto nº 21.321, de 18 de junho de 1946.
- 7 De acordo com o artigo 52, do Decreto nº 21.321, de 18 de junho de 1946.
- 8 Aprovado pelo parecer nº 299/70 do Conselho Federal de Educação, de 09 de julho de 1970.
- 9 Disponível em: <http://sap.ufrj.br>. Acesso em: 14 set. 2017.
- 10 Foram realizadas diversas buscas em torno de documentos oficiais que fizessem referência ao surgimento da DICOM, mas nada foi encontrado.

Referências bibliográficas

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.
- CUNHA, Luiz. Antônio. **A Universidade Temporã**. O Ensino Superior da Colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.
- _____. **Universidade do Brasil**: das origens à construção. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A Universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 131-150, Mai/Jun/Jul/Ago. 2000.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990)**.

Documento de trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da FURGS, 2009.

Fontes primárias

- _____. **Decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915**. Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 22 set. 2017.
- _____. **Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920**. Institui a Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1920. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>. Acesso em: 22 set. 2017.
- _____. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 set. 2017.
- _____. **Decreto nº 19.852, de 11 de Abril de 1931**. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-republicacao-85622-pe.html>. Acesso em: 22 set. 2017.
- _____. **Decreto nº 21.321, de 18 de Junho de 1946**. Aprova o Estatuto da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro, 1946. Disponível

em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-21321-18-junho-1946-326230-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 set. 2017.

_____. **Lei nº 452, de 5 de julho de 1937.**

Organiza a Universidade do Brasil. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0452.htm. Acesso em: 22 set. 2017.

_____. **Lei nº 4.831, de 5 de novembro de 1965.** Dispõe sobre as novas denominações

das Universidades Federais das cidades do Rio de Janeiro e de Niterói. Brasília, DF, 1965. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4831-5-novembro-1965-368485-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 set. 2017.

Recebido em: 07/10/2019

Aprovado em: 03/12/2020